



UNIR OS TRABALHADORES E AS TRABALHADORAS CONTRA O AJUSTE FISCAL!

Fora Temer e todos os corruptos do Congresso!

A crise econômica capitalista se intensifica e os empresários e os governos jogam o seu peso nas costas dos trabalhadores. Os patrões seguem demitindo em massa, deixando o país com mais de 13 milhões de desempregados.

Com o argumento de superar a crise, as propostas do Governo Temer, a maioria planejadas durante a gestão de Dilma, comparam a política econômica do país com as finanças pessoais ou domésticas. Porém, são realidades muito diferentes em termos de complexidade. A economia não se limita a arrecadação de tributos, gastos sociais (educação, saúde, previdência e assistência social), pagamento de remunerações e manutenção da máquina administrativa. Temos outros elementos de enorme importância que movimentam cifras bilionárias ou trilionárias, a exemplo da dívida pública, taxa básica de juros, tamanho da base monetária, operações compromissadas e outras formas de “ajuste de liquidez”, câmbio, fluxos de capitais e operações de swap cambial.

As propostas são no sentido restringir despesas primárias (não financeiras), como se fossem a raiz do problema fiscal, e manter relativamente livres e fora das atenções da sociedade os vários instrumentos viabilizadores de privilégios nos campos monetário e cambial.

Conforme denuncia a Auditoria Cidadã da Dívida, em 2015, o estoque de títulos da dívida interna cresceu R\$ 732 bilhões em 11 meses (31/01 a 31/12), em função: do pagamento de juros, remuneração da sobra de caixa dos bancos (operações compromissadas que chegaram a ultrapassar R\$ 1 trilhão em 2015, quase 20% do PIB) e prejuízos do Banco Central com operações de swap cambial. É evidente que o problema não está nas despesas primárias.

O Governo Federal e os governos estaduais buscam impor mudanças radicais no Estado brasileiro que beneficiarão os empresários e o capital financeiro. Isso fica claro com as propostas de contrarreformas da previdência e trabalhista, nas privatizações do que

resta do patrimônio público, na PLP 257, na PEC 241/16 e PLS 54/16 – ambas destinadas a destruir os serviços públicos em favor do pagamento da questionável dívida pública, que, sem auditoria, consome anualmente quase 50% do Orçamento Geral da União apenas com juros e amortizações.

Como se não bastasse, o Governo Temer impôs uma reforma educacional sem nenhum diálogo com os profissionais de educação e a sociedade, na qual tenta acabar com as disciplinas de educação física, artes, filosofia, sociologia e espanhol, fazendo com que os filhos dos trabalhadores tenham uma escola ainda mais mecânica e amordaçada!

As manobras do governo de Michel Temer para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 de 2016 que destrutura o serviço público e desmantela a política de Saúde, Educação, Seguridade Social e demais direitos sociais, destinando mais recursos para o pagamento da dívida pública, não tiveram limites. Valeu de tudo

para sua aprovação, desde jantar a parlamentares no Palácio da Alvorada a exoneração de dois ministros (das Cidades e de Minas e Energia) para votar pela a favor da proposta.

A votação terminou com 366 votos favoráveis, 111 contrários e 2 ausências. A medida precisa passar por mais um turno na Câmara e mais dois no Senado e, se for aprovada, começa a valer já em 2017.

Depois que a Câmara dos Deputados ter aprovado a PEC 241, no dia 10 de outubro, diversas manifestações foram marcadas em todo país. Mais de 20 atos contra a PEC foram agendados no Brasil.

Isso porque este cenário exige uma ampla unidade de todos os trabalhadores, junto aos movimentos sindicais, populares e estudantis, com o objetivo de dobrar o governo ilegítimo de Temer e suas medidas que prejudicam o povo.

Nesse sentido, estamos nas ruas e fazemos um chamado para que você se some a esta luta!

SINDSEF-SP

FILIADO À



E À



IMPRESA@SINDSEF-SP.ORG.BR



11 3106-6402



WWW.SINDSEF-SP.ORG.BR



WWW.FACEBOOK.COM/SINDSEFSP

Conheça os ataques do governo



PEC 241/16

Cria um novo regime fiscal que congela os gastos públicos por 20 anos. Todos os gastos públicos em saúde, educação e outros serviços públicos não poderão aumentar. Proíbe o reajuste salarial, a criação de novos cargos ou funções, a reestruturação de carreira e realização de concursos no setor público. São 20 anos de caos para os trabalhadores, com a muito provável redu-

ção, em quantidade e qualidade, dos serviços públicos.

Mas, não fica por aí. A PEC significa a defesa do mercado financeiro e a privatização. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, o art. 102, parágrafo sexto, inciso IV, do ADCT, a ser inserido pela PEC 241/16, contempla o privilégio de recursos, à vontade, sem teto e sem limite, para “empresas es-

tatais não dependentes”. Essas são pessoas jurídicas de direito privado que executam um mecanismo de transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado ao venderem, a investidores privilegiados, com desconto que pode chegar a 60%, debêntures com garantia real (oferecida pelos entes federados), pagando juros que podem superar 20% ao ano.



PLS 54 (antigo PLP 257)

O “Plano de Auxílio aos estados e distrito federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal”, sob a desculpa de renegociar a dívida dos estados, estabelece um arrocho sobre os serviços públicos, fixando limites e determinando a redução das despesas, especialmente as despesas com pessoal, por meio de mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Seu texto prevê, entre outras coisas: suspensão dos concursos públicos, congelamento salarial do funcionalismo, corte de até 30% dos benefícios pagos a servidores,

Programa de Demissão Voluntária (PDV) para os servidores públicos e a reforma dos regimes jurídicos, com o aumento da contribuição previdenciária, para limitar os benefícios dos servidores. Assim como a reforma da previdência, o PLP 257, também pretende unificar as regras da Previdência para trabalhadores urbanos e rurais, além de servidores públicos e trabalhadores do setor privado.

Além disso, o projeto prevê contabilizar as despesas com terceirização de mão de obra e outras formas de contratação nas

despesas de pessoal, favorece a privatização de empresas estatais e não permite uma política de valorização do salário mínimo.

Um ponto não explícito nele é a maior dependência do mercado financeiro. Em síntese, o projeto visa transferir a dívida dos estados para a União com amplo controle dos bancos e financeiras para aplicarem a remuneração de juros que bem entenderem, alimentando ainda mais o endividamento público que surrupia investimentos em áreas fundamentais.



Reforma da Previdência

Além de reduzir o valor mínimo da aposentadoria (deixará de equivaler ao salário mínimo), instituirá uma idade mínima de 65 anos. A maioria do povo pobre irá trabalhar até morrer, sem conseguir se aposentar.

Pela proposta, haverá a idade mínima para todos, com uma regra de transição para quem já está no serviço público. Na

transição, homens e mulheres terão regras diferenciadas. Mas a ideia é que no regime geral não haja mais distinção entre os gêneros: 65 anos mínimos para se aposentar valerão para todos.

O governo quer aumentar também a contribuição dos servidores a uma previdência complementar. Hoje o valor abatido do soldo é de 11% e a proposta é au-

mentá-lo para 14%. Essa regra poderia se estender aos Estados, que também estão com dificuldades de lidar com o orçamento para pagar a aposentadoria de seus servidores.

Em entrevista à CBN Brasil, o presidente Michel Temer afirmou que a Reforma da Previdência vai igualar setores público e privado.



PL 4567

Altera as regras para a exploração de petróleo e gás natural do pré-sal, extinguindo a atuação obrigatória da Petrobras em todos os consórcios formados para a produção nessas áreas. Significa a privatização do Pré-Sal. Qualquer campo do Pré-Sal poderá vir a ser explorado com 100% de participação estrangeira.

Hoje, com a exclusividade da Petrobras, quem vence um leilão para a exploração deve constituir um consórcio para a explora-

ção do bloco licitado com a Petrobras e com a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) – empresa pública criada para gerir contratos de partilha de produção. No consórcio, a lei estabelece que a Petrobras deve ter participação mínima de 30%. O projeto muda completamente a configuração desses consórcios, que passariam a poder ser formados apenas pelo vencedor do leilão e pela PPSA.

A nova proposta também define que as escolhas da Petrobras serão submetidas ao

presidente da República e será ele quem dará a palavra final sobre quais blocos ofertados deverão ser operados pela estatal ou não. Ou seja: mesmo que a Petrobras opte por ser a operadora isso pode ser vetado pela Presidência.

O projeto que dá ao capital estrangeiro poderes sobre o petróleo nacional, tirando a autonomia e a prioridade da Petrobras, construída ao longo dos últimos anos.



Reforma Trabalhista

Hoje, nada que fira a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pode ser firmado entre sindicatos e patrões.

A reforma de Temer prevê a flexibilização de direitos assegurados aos trabalhadores no artigo 7º da Constituição Federal

- que abrange um conjunto de 34 itens - desde que mediante negociações coletivas.

A partir de agora, querem que o negociado valha sobre o legislado. Significa que 13º, férias, licença maternidade, licença prêmio, adicional noturno e de insalubrida-

de, descanso semanal remunerado e FGTS, tudo aquilo que hoje os patrões são obrigados a pagar, não estará mais assegurado em lei. Pretende-se aumentar a jornada de trabalho até 12 horas e criar novas formas precárias de contratação.

DEFENDA SEUS DIREITOS! VENHA PARA A LUTA! Todos às ruas rumo à Greve Geral!